D.R. DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Acordo n.º 33/2006 de 24 de Janeiro de 2006

A Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, representada pela Directora Regional, Andreia Martins Cardoso e a Casa do Povo de Fumas, representado pelo Presidente da Direcção, Duarte Manuel Carvalho Pimentel, ao abrigo do disposto no Despacho Normativo n.º 70/99 de 1 de Abril, celebram entre si um acordo de cooperação-investimento, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do acordo

O presente acordo tem por objecto a realização de obras de conservação e beneficiação na sede da Casa do Povo, sito na Rua Padre José Jacinto Botelho, n.º 44, Concelho da Povoação.

Cláusula 2.ª

Montante do investimento

As obras acima indicadas, estão estimadas em cerca de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), acrescido do IVA á taxa em vigor.

Cláusula 3.ª

Complicação da Segurança Social

A Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social complicará no investimento, até ao montante de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), através de dotação financeira do Plano de Investimentos inscrita no orçamento do ano de 2005.

Cláusula 4.ª

Restituição do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social não complicará o custo do IVA das facturas, atendendo a que o mesmo pode ser restituído às Instituições Particulares de Solidariedade Social, conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 20/90 de 13 de Janeiro.

Cláusula 5.ª

Prazo do investimento

A obra deverá estar concluído em finais do ano 2005.

Cláusula 6.ª

Concurso e obra

A Casa do Povo de Fumas será o responsável pela obra, incumbindo-lhe desencadear todas as iniciativas relacionadas com essa qualidade.

Cláusula 7.ª

Processamento

1. A transferência para a Casa do Povo será efectuada à medida que forem sendo realizadas as correspondentes despesas, mediante apresentação na Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social dos comprovativos das mesmas.

Cláusula 8.ª

Fiscalização

A Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social reserva-se o direito de fiscalizar autonomamente a obra.

Cláusula 9.^a

Resolução do acordo

1. Qualquer das partes contratantes pode resolver o acordo perante o incumprimento das suas cláusulas.

2. Caso o incumprimento seja da responsabilidade da Casa do Povo, a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social tem direito ao reembolso da verba comparticipada.

3 de Novembro de 2005. - A Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, *Andreia Cardoso*. - O Presidente da Direcção de Casa do Povo de Fumas, *Duarte Manuel Carvalho Pimentel*.